

**A Greve contra a Carestia: trabalhadores em busca de um acordo coletivo na Justiça do Trabalho – São Paulo, setembro de 1954.**

Larissa Rosa Corrêa\*

**Resumo**

Este artigo analisa as negociações e os conflitos travados entre operários e patrões, na Justiça do Trabalho, durante a *Greve contra a Carestia*, ocorrida na cidade de São Paulo, no dia 2 de setembro de 1954.<sup>1</sup> O estudo desse movimento justifica-se, em parte, por se tratar de uma greve geral eclodida no momento em que o país se encontrava abalado com a morte de Getúlio Vargas. Além disso, destaca-se a tentativa dos trabalhadores em negociar um acordo coletivo salarial, reunindo as categorias mais combativas do movimento operário.

**Palavras-chave:** Trabalhadores – Justiça do Trabalho – Greve

**Abstract**

This article analyses a series of deals and conflicts between employees and employers into the Labour Court, during the strike against the raise on the cost of life, wich took place in São Paulo, on September, 2, 1954. This movement reaches wide importance because became a general strike that happened when the country was shocked by Getúlio Vargas death. Besides that, I will stand out the dealing between employers and employees to reach a collective bargaing among the majority of the strongest groups of workers of the working class.

**Key-words:** Workers – Labour Justice – Strike

A Greve contra a Carestia, ocorrida na cidade de São Paulo, no dia 2 de setembro de 1954, ainda não recebeu atenção suficiente dos pesquisadores da história do movimento operário no Brasil. Possivelmente, essa paralisação tenha ficado à sombra da *Greve dos 300 mil*, eclodida em 1953. A peculiaridade desse movimento consiste na delicada conjuntura política pela qual o país estava passando no momento em que a greve foi decretada. O suicídio de Getúlio Vargas dividiu a opinião pública no tocante à decisão de efetuar o plano grevista. Outro fator de destaque foi a tentativa das lideranças sindicais em reunir as categorias mais combativas do movimento operário para negociar um acordo salarial coletivo na Justiça do Trabalho. A aspiração “ambiciosa” dos trabalhadores obrigou a classe patronal a utilizar recursos não muito comuns a sua própria classe: o pedido de dissídio coletivo por parte dos empregadores que procuravam impedir a negociação intersindical.

Por meio dos processos de dissídio coletivo dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos arquivados no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da cidade de São Paulo e, dos

---

\* Mestranda em História/ Unicamp, bolsista Fapesp.

<sup>1</sup> Este trabalho é parte da minha pesquisa intitulada “*Trabalhadores têxteis e metalúrgicos: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*”.

relatórios elaborados pelo Departamento de Ordem Política e Social - Deops, pretendo analisar as questões acima, destacando o papel desempenhado pela Justiça do Trabalho.

As palavras do dirigente sindical, Antônio Chamorro, proferidas durante uma entrevista concedida ao pesquisador Fábio Munhoz, em meados de 1972, me chamou a atenção para a importância da Greve contra a Carestia. Chamorro demonstrou muita simpatia e orgulho pela realização dessa paralisação, revelando um movimento forte, consistente e, até mesmo, mais bem organizado se comparado à Greve de 1953, já que os líderes sindicais souberam utilizar a experiência que haviam adquirido com esta última greve.

O saldo geral da *Greve dos 300 mil* foi considerado positivo para os trabalhadores, mesmo tendo conquistado 32% quando reivindicavam 60%. Os frutos desse movimento foram colhidos pouco tempo depois, quando um grande número de trabalhadores se associou aos sindicatos: cerca de seis mil novos sócios, apenas no Sindicato dos Têxteis. Surgia, então, uma nova geração de sindicalistas, sendo que muitos deles assumiram importantes cargos na diretoria dos sindicatos. Assim, o sucesso da Greve contra a Carestia deve-se, sobretudo, à atuação de um sindicato parcialmente renovado, conforme a análise do líder sindical.<sup>2</sup>

### **Do plano à paralisação**

Outros dois fatores foram decisivos para a concretização do plano de greve, conforme apontou o pesquisador Murilo Leal (2006): a organização da Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (CIESP), que mais tarde, passaria a ser denominada Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e o não cumprimento do reajuste de 100% do salário mínimo, decretado no dia 1º de maio de 1954. Para Pereira Neto (2006:258), esses fatores foram responsáveis por “inflamar um sentimento popular de justiça e dignidade agravadas”. Os trabalhadores pleiteavam, então, a defesa dos “direitos democráticos e sindicais”, o reajuste salarial de 60% e o congelamento dos preços.

Nessa época, o PUI além de promover reuniões semanais, agregou outras entidades sindicais, o que contribuiu para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores. Em junho de 1954, os componentes dessa organização decidiram realizar uma greve de um dia como protesto para combater a carestia. Os trabalhadores elaboraram uma tabela única de reajuste salarial e pediram negociações unificadas com a Fiesp, (PEREIRA NETO, 2006). Além disso, a greve pretendia reivindicar o congelamento dos produtos considerados gêneros de primeira

---

<sup>2</sup> Entrevista de Antônio Chamorro ao pesquisador Fábio Munhoz, 1972. Fundo Fábio Munhoz, Cedem/ Unesp.

necessidade e a aplicação imediata do novo salário mínimo, que teria entrado em vigor no dia 5 de julho, após decisão do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, durante o período de organização do movimento, os dirigentes sindicais não puderam prever um acontecimento às vésperas da paralisação: o suicídio de Getúlio Vargas. A morte abrupta do presidente da República abalou o país, criando um cenário não muito propício à paralisação. Não obstante, Chamorro enxergou na greve uma oportunidade para o povo expressar o sentimento de revolta contra as “forças políticas e econômicas que teriam levado o presidente ao suicídio”, conforme assinalou Murilo Leal (2006:260).

Logo após a morte de Vargas, o movimento operário demonstrava-se ativo. Pereira Neto (2006) constatou a ocorrência de diversas greves e piquetes, fruto de ações localizadas, comandadas pelo PCB. No final de agosto, as forças repressoras da greve começaram a agir. Segundo Chamorro, muitos líderes sofreram numerosas ameaças de prisão. Em contrapartida, eles diziam que “se algum dirigente fosse preso, a greve estouraria antes”.

Não por acaso, a data escolhida para a decretação da paralisação coincidia com o período de efervescência política. Às vésperas da eleição, os candidatos Piza e Adhemar de Barros realizavam comícios eleitorais que se mesclavam com os comícios contra a carestia organizados pelos trabalhadores. “A classe operária não estava isolada”, observou Chamorro. O plano de greve se espalhou também pelas cidades do interior.

Durante o mês de abril de 1954, exatamente cinco meses antes do movimento, os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, têxteis, gráficos, marceneiros e garçons, da capital de São Paulo, começaram a articular estratégias para que as negociações assumissem um caráter coletivo, de forma que todas as categorias conquistassem o mesmo reajuste salarial.<sup>3</sup>

Por meio do delegado do trabalho, Mário Pimenta de Moura, os líderes sindicais entraram em contato com o presidente da Federação da Indústria do estado de São Paulo (Fiesp), na época, Antônio Devisate, visando à realização de uma reunião entre empregados e empregadores na DRT para discutir o novo reajuste salarial. Antônio Chamorro representando o Sindicato dos Têxteis e, Eugênio Chemp, os metalúrgicos, colocaram de antemão uma exigência inicial: o acordo salarial deveria ser um só para todos os sindicatos envolvidos na paralisação. O representante da classe patronal replicou que “cada profissão e cada setor econômico tem peculiaridades que se refletem na fixação dos salários” e que, portanto, não poderia haver reajustes iguais para categorias diferentes. “Os desajeitados bonecos do Partido Comunista”, como eram chamados os dirigentes sindicais pelos agentes do Deops, encerraram

---

<sup>3</sup> Relatório da Greve Geral de 2 de setembro de 1954 – antecedentes. Deops, 50-Z-315-493, p.1-17, AESP.

a tentativa de negociação com a seguinte frase: “começamos juntos a luta e desejamos terminar juntos”.

Para o Deops “os sindicalistas não estavam inclinados a fazer acordo honroso entre as partes”, eles queriam apenas “manobrar no sentido de convencer a massa operária de que só pela violência e greve seria possível obter maiores salários”. O delegado do Trabalho, por sua vez, procurava equilibrar os ânimos da classe patronal com a promessa de que iria enviar o caso à Justiça do Trabalho, conforme determinava o Decreto antigreve 9070, (Deops - 50-Z-315-493, p.1-17, AESP).

A polícia também acusava o delegado Mário Pimenta de ter cruzado os braços com a intenção de beneficiar os grevistas. A atitude do delegado explicava o fato de os trabalhadores não terem mais comparecido as audiências marcadas DRT. Segundo o relatório policial, a ausência dos líderes era para não prejudicar ainda mais a situação constrangedora a qual se encontrava o delegado. Porém, os trabalhadores disseram não mais comparecer a DRT para não cair “nas malhas do Decreto 9070”, conforme a declaração publicada pela imprensa. Eles tinham o receio de que os juízes decretassem a ilegalidade da greve pelo fato de não ter esgotado as tentativas de conciliação na JT.

A greve foi decretada no dia 2 de setembro. Os ferroviários da Santos-Jundiaí decidiram, de última hora, aderir ao movimento, enquanto um piquete realizado em Osasco recebeu à bala a caravana policial que estava incumbida de proteger os trabalhadores das empresas SOMA e Cobrasma. Um investigador da polícia chegou às “vias de fato” ao se engalfinhar com um dos componentes do piquete e foi atingido por um golpe de barra de ferro na cabeça, conforme relatou um dos policiais. O comércio fechou. Todo o parque industrial da capital e da região do ABC tiveram suas atividades paralisadas.

À meia-noite a greve estava encerrada. Porém, novas paralisações poderiam acontecer dentro de cinquenta dias, caso não fossem acatadas as reivindicações dos trabalhadores. Os sindicatos patronais, quatorze no total, decidiram entrar com pedido de revisão de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, com a promessa de que o caso seria julgado no período delimitado pelos grevistas. O PUI reivindicava o aumento de 20% sem a fixação de teto.

De modo geral, os líderes do movimento se mostraram satisfeitos com o impacto da paralisação. “Foi como um feriado nacional decretado pelos trabalhadores!”, lembrou Antônio Chamorro. “Parou tudo, São Paulo parecia um cemitério”, prosseguiu ele expressando o orgulho pelo grande feito. Os organizadores do movimento se mostraram preocupados com a paralisação dos hospitais e com o abastecimento de água e leite, afinal, se

esses postos fossem afetados, “a provocação seria muito grande”, ponderou o líder sindical. Essa passagem demonstra um momento delicado para a eclosão de uma greve, pois a população poderia não suportar tamanha “ousadia” e se posicionar contra o movimento, assim como a opinião pública em geral. A greve acabou adquirindo um perfil político, até então, inimaginável para aqueles que vinham planejando a greve quatro meses antes da tragédia de Getúlio Vargas. A estratégia visualizada por Chamorro e seus companheiros de insistir na paralisação, naquele momento tão delicado, foi vista com sucesso pelos próprios líderes.

Em relatório apresentado para o Deops, os agentes apresentavam um balanço geral sobre o impacto da greve, especulando os motivos do seu sucesso, bem como as diversas ações empregadas pela polícia com o objetivo de abortar alguns dos planos traçados pelos líderes do movimento.

Para os policiais, os líderes agiram com ampla liberdade durante a organização da paralisação, devido à simpatia com que eram vistos e recebidos nos círculos ligados a João Goulart. Para eles, os líderes Remo Forli, Nelson Rusticci, Celso Valvassore e outros comunistas “entravam e saíam da DRT como se estivessem na sua própria casa”. Os dirigentes sindicais, entre eles, Antônio Chamorro, José de Araújo Plácido e Eugênio Chemp, foram considerados os maiores responsáveis pela organização da greve, “catequizando” a classe trabalhadora durante os meses antecedentes à greve e conquistando o apoio de mais de trinta sindicatos. A visita de João Goulart, na época ministro do Trabalho, no dia 12 de agosto, teria impulsionado o movimento. Segundo os policiais, “tudo levava a uma greve de caráter nacional”. A polícia ainda acusava os políticos ligados a João Goulart e ao PTB de utilizar a greve como um excelente meio de propaganda, criando um ambiente favorável à perpetuação do governo Vargas no poder. Já os comunistas, munidos de “habilidade e cinismo”, auxiliavam os “queremistas” na articulação do movimento e aproveitavam ao máximo a oportunidade de mobilizar a classe operária, assinalou o relatório policial.

Outra tática empregada pelos metalúrgicos, segundo o relatório, era usar os “companheiros de confiança” para fazerem a ligação entre os trabalhadores com o sindicato no dia da greve e, organizarem comissões sindicais dentro das empresas, visando fortalecer o movimento dentro das fábricas, caso a diretoria do sindicato fosse detida.

Por outro lado, a polícia ressaltou as diversas ações efetuadas para minar os planos de greve. Entre elas, a chamada “tática divisionista”. Segundo ela, um grupo de sobreviventes das antigas diretorias pelegas e corruptas pertencente à Federação dos Trabalhadores foi instruído pela própria polícia a combater as atividades do PUI. A missão do grupo era

pressionar os sindicatos do interior do estado, impedindo-os de aderir ao movimento. Além disso, a Federação insistia para que houvesse encontros diretos entre os sindicatos e empregadores, com o intuito de romper com o movimento coletivo planejado pelo Partido Comunista. Os veículos de comunicação também foram utilizados no sentido de “esclarecer os operários” a esse respeito, conforme relatou os agentes policiais.

Ainda segundo o relatório do Deops, graças à “tática divisionista” e ao afastamento do delegado do trabalho Mário Pimenta e do General Estilac, dez sindicatos do interior do estado realizaram acordos salariais em separado e negociaram diretamente com os respectivos sindicatos patronais, intermediados pela Federação dos Trabalhadores. A chegada do emissário especial, José Vitorino Lima, encarregado de mediar o conflito também teria contribuído para a realização dos acordos inter-sindicais. Diversos comícios foram realizados nas portas das fábricas, mas sem o apoio dos motoristas de ônibus e bondes da CMTC da capital e dos 80 mil operários da construção civil que romperam com o PUI às vésperas da greve.

#### **Os industriais vão à Justiça do Trabalho: o dissídio coletivo dos trabalhadores metalúrgicos<sup>4</sup>**

Procurando controlar os anseios da classe operária, o Sindicato da Indústria Metalúrgica da cidade de São Paulo decidiu dar entrada no pedido de revisão de dissídio na Justiça do Trabalho, poucos dias depois da paralisação contra a carestia. Conforme acordado no último dissídio julgado, no dia 16 de abril de 1953,<sup>5</sup> os trabalhadores tinham direito a pedir a revisão de dissídio um ano depois do acordo. Nota-se que o prazo determinado para a data-base havia se esgotado em abril, ou seja, cinco meses antes da Greve contra a Carestia. Sendo assim, por que os trabalhadores não entraram antes com o dissídio? Talvez a resposta esteja relacionada com a promulgação do Decreto 35.540, no dia 1º de maio, que visava estabelecer um valor mínimo a ser pago para qualquer empregado. E, também, com o Decreto que restringia o direito de greve.

Algumas tentativas de negociação foram realizadas na DRT. Porém, o Decreto 35.540, segundo o advogado patronal, foi bem recebido pelos empregadores que viram nele mais uma possibilidade de negociar o reajuste. A partir daí, os trabalhadores planejavam mudar o rumo das negociações querendo que os empregadores passassem a ser representados pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). O presidente da organização dos industriais, Antonio Devisate, recebeu o representante do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e de outras

---

<sup>4</sup> Processo TRT SP 117/54-A.

<sup>5</sup> Processo TRT 22/53-A.

entidades profissionais alegando que um entendimento conjunto não seria possível e que as negociações deveriam seguir o enquadramento sindical. Antonio Devisate queria mostrar aos sindicatos dos trabalhadores que a negociação coletiva não tinha consistência jurídica, já que a Fiesp não tinha capacidade processual para tomar parte em acordos intersindicais.

Essa situação produz um cenário no mínimo curioso, pois era a indústria quem estava pedindo o reajuste salarial. Embora os empregadores fossem constantemente acusados pelos trabalhadores de usar a JT para protelar as negociações, desta feita, eram esses últimos que estavam sofrendo este tipo de crítica. Mais estranho ainda foi a afirmação do advogado patronal de que os salários dos trabalhadores precisavam ser reajustados conforme demonstravam as estatísticas que analisavam o aumento do custo de vida. Restringir a negociação trabalhista apenas ao ambiente jurídico poderia significar uma estratégia vantajosa para a classe patronal, afinal, a partir do momento em que o caso passasse a tramitar na JT, os empregadores ganhariam tempo para enfraquecer o movimento. Entretanto, a resistência dos trabalhadores em entrar com o pedido de revisão salarial na JT demonstra que eles estavam conscientes dessa estratégia.

Durante uma audiência no Tribunal os empregadores apresentaram três propostas conciliatórias, mas os interessados não compareceram ao encontro marcado, mostrando que eles não estavam dispostos a discutir as propostas dos patrões. Por fim, o TRT determinou um reajuste de 25%, com teto de Cr\$ 800,00, para os trabalhadores da cidade de São Paulo e interior do estado a vigorar em primeiro de novembro de 1954. Todos os empregados foram beneficiados com o reajuste, inclusive os tarefeiros e horistas. A JT ressaltou a proibição do pagamento de salários no valor abaixo daquele estipulado para o salário mínimo, conforme determinava o recente Decreto 35.540. Os empregados novos admitidos depois da data-base também foram contemplados com o reajuste.

Uma pequena vitória a ser contabilizada pela categoria dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos foi a modificação da cláusula de assiduidade. Neste acordo ficou estabelecido que os tecelões teriam o direito de gozar uma falta injustificada a cada mês e as mulheres poderiam faltar até dois dias consecutivos. Sem dúvida as tecelãs foram as grandes beneficiadas com esta modificação, pois elas estavam mais sujeitas às faltas no trabalho devido às dificuldades de conciliação com a maternidade e o trabalho doméstico. Um ano depois a cláusula de assiduidade integral foi retirada dos acordos inter-sindicais.

Se comparado ao último dissídio coletivo de 1953, referente à *Greve dos 300 mil*, o ano de 1954 obteve algumas conquistas em relação ao conteúdo das cláusulas. Além de os patrões

concordarem com a flexibilização da cláusula da assiduidade integral, nota-se a ausência da cláusula que permitia aos empregadores provar incapacidade econômica. Outra conquista foi o aumento concedido para os empregados novos, que haviam sido excluídos no ano anterior.

### **A luta pela concretização do reajuste salarial**

O sucesso da greve deve-se, em parte, pelo impacto do fechamento do comércio em toda a cidade. Chamorro explicou que tal ação só foi possível pelo fato de os pequenos comerciantes terem aderido ao movimento apoiando a campanha do congelamento de preços. Os manifestantes pretendiam arrecadar mais de um milhão de assinaturas de protesto contra a carestia.<sup>6</sup>

Quanto à concretização do reajuste salarial, os grevistas ainda precisariam lutar para ver o reajuste em seus bolsos. Chamorro, durante uma assembléia realizada no dia 26 de janeiro de 1955, alertava os trabalhadores dizendo que “era preciso lutar pela fiscalização dos 25% que os patrões não pagam aos trabalhadores”.<sup>7</sup> Apoiados pelo advogado Rio Branco Paranhos, os trabalhadores estavam bem informados sobre as providências que deveriam tomar, caso os empregadores não acatassem o reajuste estipulado pela JT.

No mês de fevereiro, os trabalhadores continuavam às voltas com o reajuste salarial. Rio Branco Paranhos procurava manter os associados informados a respeito do andamento das negociações. Segundo ele, a assinatura do acordo, feita separadamente entre os trabalhadores têxteis e os quatro sindicatos patronais, prejudicou os trabalhadores do Sindicato da Indústria de Especialidades Têxteis, pois eles ainda não haviam recebido o pagamento. Portanto, ficou estabelecido entre os sócios que o próximo acordo seria assinado em conjunto.<sup>8</sup>

Os trabalhadores continuavam controlando o aumento dos preços dos produtos alimentícios. Em abril de 1955, o tecelão Luiz Massaro propôs a continuidade dos trabalhos realizados pela Comissão de Estatística para que novos estudos sobre o tema fossem apresentados.<sup>9</sup> Antes disso, em fevereiro do mesmo ano, o *Diário da Noite* publicou uma reportagem chamando a atenção dos leitores para o não cumprimento do acordo salarial dos têxteis.<sup>10</sup> Segundo a matéria “a maior parte das indústrias estavam cumprindo o acordo, mas a maior parte das pequenas empresas não”. Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos

---

<sup>6</sup> Ata da assembléia dos trabalhadores têxteis, realizada no dia 23 de janeiro de 1955. Documento 50-z-315-506, p.4. Deops, AESP.

<sup>7</sup> Idem, p.5.

<sup>8</sup> Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dia 3 de fevereiro de 1955. Documento 50-Z-315-500, Deops, AESP.

<sup>9</sup> 50-Z-315-532, p.1. Prontuário Dops, AESP.

<sup>10</sup> Diário da Noite, 19 de fevereiro de 1955. Retirado do prontuário 50-Z—315-503, Dops, AESP.



Têxteis, alegou ter tomado providências, pois “mais de 2.000 processos foram enviados à JT, visando forçar o cumprimento da sentença judicial”. Disse, ainda, que diariamente os operários o procuravam para reclamar da atitude ilegal da empregadora e que ele estava constantemente visitando fábricas com o advogado do sindicato, a fim de conseguir o cumprimento do acordo.

Dois meses depois, os têxteis decidiram enviar um telegrama ao primeiro ministro do Trabalho para expressar a indignação da classe trabalhadora em relação às ações do delegado do Trabalho que, segundo os manifestantes, não vinha “desempenhando suas funções de fiscalização das leis trabalhistas”.

Embora os trabalhadores tenham conseguido obter sucesso com a paralisação, aproveitando os ventos trazidos pela *Greve dos 300 mil*, assim como o delicado momento pelo qual o país atravessava, o saldo geral da greve parece não ter sido tão animador. Além da repressão policial, o movimento que pretendia realizar uma negociação coletiva entre diversas categorias de trabalhadores e a Fiesp, unindo todas as datas-base, acabou engolido pelo processo burocrático institucionalizado pela Justiça do Trabalho. No tocante ao dissídio coletivo dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos, exceto o benefício de algumas cláusulas, a JT determinou um aumento de 25%, um valor um pouco acima daquele reivindicado pelo PUI. Entretanto, ela estabeleceu a fixação do teto, uma medida extremamente prejudicial aos trabalhadores por limitar os seus salários, já que os rendimentos não poderiam ultrapassar um determinado valor.

O resultado fica ainda mais desanimador, ao analisar o período após o término das negociações. Os trabalhadores continuaram a lutar para ver o cumprimento da determinação judicial pelas empregadoras. Muitas empresas acabavam ignorando os acordos. Entretanto, tais fatos não desestimularam as categorias dos trabalhadores a continuar encaminhando as reivindicações à JT.

## **Referências bibliográficas**

- ALMEIDA, Márcia Mendes de. Sindicato dos Têxteis em São Paulo: historia: 1933-1957. Dissertação de Mestrado, Usp, 1981.
- COSTA, Hélio. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)”. In: *Na luta por direitos – estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999. p.110-113
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. A Reinvenção do Trabalhismo no “Vulcão do Inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 2006, p. 464.

**Fontes documentais:**

Entrevista com Antonio Chamorro. Cedem/ Unesp.

Processo trabalhista TRT-SP 117/54-A/ TRT-SP 22/53-A, localizado no TRT 2º região da cidade de São Paulo.

Relatório Deops, 50-Z-315-493, p.1-17, AESP.